

*“QUANDO O POBRE COME GALINHA,
UM DOS DOIS ESTÁ DOENTE.”¹*

**FOME E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A SAÚDE
NA EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS
NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO²**

CHRISTINE RUFINO DABAT³

Resumo: Grandes nomes da medicina, como Josué de Castro e Nelson Chaves, demonstraram em obras marcantes os efeitos da monocultura da cana-de-açúcar em sistema de plantação sobre a situação sanitária das populações empregadas nesta atividade na zona canavieira de Pernambuco. A má nutrição endêmica tem um grande impacto sobre indicadores sociais tão importantes quanto a mortalidade infantil, estatura das populações, capacidade de concentração para as crianças e de desenvolver esforços físicos intensos para os adultos.

Trabalhadores rurais da Zona da Mata testemunham sobre sua própria experiência, acrescentando sua voz a um elenco de fontes que foram, em parte, tingidas pela mitologia da classe patronal: seus representantes se distinguiriam por uma benevolência manifesta preferencialmente no âmbito da alimentação e atenção à saúde. Os cortadores de cana descreveram o abandono em que suas famílias se encontravam em termos de assistência médica, inclusive nos casos mais sérios, levando muitas vezes à desenlace trágico, bem como as estratégias de sobrevivência

³ Professora no Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFPE.

que, geração após geração, desenvolveram para escapar à inanição, conseguindo alimentos além da quantia insuficiente que seu salário permitia comprar. A inexistência de serviços de saúde e os recursos das práticas médicas populares constituem a refutação cabal da versão patronal da história.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. Trabalhadores rurais. Condições de vida. Saúde no trabalho.

Abstract: Famous names in the medical world, such as Josué de Castro e Nelson Chaves, wrote about the effects of sugarcane monoculture in a plantation system; situation as far as sanitary situation of wage worker populations in the sugarcane area of Pernambuco. Endemic malnutrition has a strong impact on such social indicators as important as child mortality, height, concentration ability among children and physical capacity to realize efforts among adults.

Sugarcane cutters spoke about their own experience, summing their voice to a set of sources that are partly contaminated by planters' mythology: sugarcane plantation owners would have distinguished themselves by their benevolence, especially as far as food and health care were concerned. Sugarcane cutters, on the opposite, describe how their families were left without medical assistance, even in the most serious of cases, with fatal issue. Furthermore, for generations they had to develop smart strategies to provide food that could not be bought with insufficient wages. Inexistent medical attention - be it from the state or land owners - and the presence of popular medical practice summ up to refuting completely the owners' version of recent history.

Keywords: sugarcane. Rural workers. Living conditions. Health and working conditions.

*“Mas não avisto ninguém,
só folhas de cana fina
somente ali à distância
aquele bueiro de usina
somente naquela várzea
um bangüê velho em ruína.
Por onde andaré a gente
que tantas canas cultiva?”*

João Cabral de Melo Neto⁴

No início do século XXI, a imprensa noticia o lado sombrio da agroindústria canavieira. Em usinas de Ribeirão Preto, consideradas marcos de modernidade em termos técnicos, trabalhadores rurais estão morrendo em virtude de excesso de trabalho nos canaviais. A décima terceira morte, de um total de dezessete, só neste Estado, em 2006, levou a uma paralisação dos companheiros de trabalho da vítima. Como as demais, ela era um adulto empregado pela sua capacidade para esforços físicos.

Situação tão grave chamou a atenção de organizações internacionais como a ONU. Duas missões estiveram na região para “*verificar as condições de vida dos canavieiros*”.⁵ O Ministério Público, também alertado pelo sindicato dos trabalhadores rurais, empreendeu uma investigação sobre o que o Procurador Federal do Trabalho 15ª região acredita ser “*mortes por exaustão*”.⁶ Canavieiros do Nordeste são “*exportados*” para o Centro Sul, como o revelou a corajosa reportagem de Ciara Carvalho, “*Morte e vida de um sonho severino*”,⁷ para sofrer um novo “*trato dos viventes*”⁸ que tem cada vez mais traços parecidos como o antigo.⁹

Assim, mais de um século após a abolição da escravidão, mais de quarenta anos após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – só para citar esses dois marcos na história das relações de trabalho – mazelas graves continuam a vitimar os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira, afetando sua saúde de maneira irreversível e até fatal. O aumento da demanda por etanol nos mercados mundiais, celebrada de maneira acrítica em termos não só ambientais como sociais pelas autoridades privadas e até públicas, deixam mal augurar da sorte futura da categoria.

A interpretação em termos historiográficos da miséria dos cortadores de cana e de suas famílias continua portanto a merecer destaque. Na época da escravidão, a dureza das condições de vida e de trabalho dos canavieiros era definidora. Duas teses se enfrentam quanto ao relativo rigor dos regimes escravistas em espaços geográficos distintos. No Brasil, particularmente nos canaviais, o regime de trabalho teria sido mais brando do que em outros países. Gilberto Freyre, maior expoente desta visão, que ainda tem defensores e seguidores, afirmava que os escravos na sua região beneficiavam-se de melhores condições de vida até mesmo do que os proletários – assalariados livres – na Europa do século XIX. Essas asserções ganharam ampla divulgação e prepararam o caminho para outras duas: a primeira segundo a qual a classe

dos plantadores de cana – no caso os senhores de engenho – seria benevolente para com seus trabalhadores rurais, sobretudo quanto à alimentação e socorro médico, inclusive após a extinção da escravidão. A segunda defendendo que isto só ocorreu fora do âmbito usineiro, onde a ‘proletarização’ da mão-de-obra rural a colocaria na situação miserável em que pode ser vista até hoje. O Proálcool fecharia este ciclo. Obras recentes, como a bem divulgada tese *Morte sem choro*,¹⁰ da antropóloga norte-americana Nancy Scheperd-Hughes, aderem a esta linha de demonstração.

Ambas afirmativas se complementam e abastecem mutuamente. Concedendo-se que a situação alimentícia e sanitária das populações de trabalhadores na sacaricultura era deplorável no tempo da escravidão e deixa muito a desejar na época atual – como o caso acima evocado exemplifica – entre estes dois momentos, teria havido um tempo de paz e relativa abundância. Os moradores de engenho, sujeitos aos e protegidos dos senhores de engenho, teriam sido poupados das durezas infligidas aos seus antepassados e descendentes. A morada, entre os tempos da escravidão e da proletarização, constituiria um oásis: abundância de alimentos por conta da disponibilidade de terra; apoio e socorro ‘paternalista’ por parte da classe patronal, particularmente em caso de urgência médica. Paradoxalmente, esta tese, nunca desmentida, coabita com relatos da miséria vigente na zona canavieira em sucessivas épocas.

Questões estruturais

“O trabalhador dos campos, o assalariado de engenhos e usinas, estava longe de parecer gente, de viver como gente, de figurar como um cristão e criatura feita à imagem de Deus. Sua existência era mais de bicho de toca, mal comido, mal dormido, esfarrapado, sem educação, doente, desassistido de tudo e de todos. Vencia salário de fome, quando, lá fora, o custo da vida subia e subia.”

Costa Porto¹¹

A zona canavieira pernambucana, mais antiga do que a de São Paulo, onde ocorreram os incidentes relatados pela imprensa, é famosa por traços que ilustram grandes permanências históricas. A estrutura fundiária, por exemplo, entraria sem dúvida no rol das longas durações de Braudel. Mais de cinco séculos de latifúndio, às vezes, dominado pelas mesmas linhagens. Uma perenidade com poucos equivalentes na história mundial.

Outro traço constante é a predominância absoluta das terras ocupadas pelos canaviais em relação às culturas alimentícias, fato que chamara a atenção dos visitantes. Josué de Castro já estabelecera o contraste entre este deserto verde e as “*benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região*”,¹² referindo-se às práticas agrícolas diversificadas dos quilombolas. Mas, nas terras dos senhores, preferir-se-ia deixar áreas ociosas a utilizá-las para a produção de alimentos.

O resultante déficit crônico em produtos alimentícios na região, causado pela monocultura absoluta, permanece curiosamente constante no decorrer dos séculos: 70% das necessidades básicas.¹³ Merwin Bohan, coordenador de uma grande pesquisa de cunho reconhecidamente científico a respeito da desnutrição na região nos anos 1960, comentava:

“*O problema agrícola do Nordeste do Brasil não é um problema único de solução fácil, mas antes uma multidão de problemas que têm seus começos há mais de 400 anos na colonização do Brasil e o estabelecimento de plantações de cana de açúcar.*”¹⁴

Os viajantes estrangeiros se surpreendiam que faltassem alimentos numa região das mais bem dotadas para produzi-los em termos de solo, clima, pluviosidade etc. Nada parecido com as condições periódica e brutalmente adversas do Sertão, que não conhecia índices tão violentos de desnutrição, salvo nos períodos de seca. Ademais, circunstâncias fisio-geográficas semelhantes permitiam, sob outras longitudes – no Sudeste asiático, por exemplo – várias safras de alimentos ao ano. “*Planta individualista*”,¹⁵ dizia Josué de Castro, a cana deixava um “*contraste marcante entre as possibilidades geográficas existentes e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região.*”

Uma das asserções melhor divulgadas pelos proprietários e seus representantes bem colocados na estrutura estatal, e repetida – até hoje, desta vez com o brilho modernizante da “correção ambiental” associada ao

etanol – em todos os setores sociais, é que a região da Zona da Mata teria uma ‘vocalização natural’ inquestionável para a sacaricultura. A monocultura supostamente inerente à atividade se imporia. Em consequência, requer-se-ia grandes extensões de terra em regime de plantação (a famosa ‘plantation’). Sub-repticiamente, a concentração fundiária e suas mazelas¹⁶ entravam no rol dos fenômenos, por assim dizer, naturais, e portanto inquestionáveis e não passíveis de modificação.

Quando o governo federal investiu na modernização planejada da região Nordeste, a produção canavieira não entrava nas prioridades estabelecidas com muito cuidado e empenho pelos especialistas liderados por Celso Furtado,¹⁷ superintendente da SUDENE na época de sua fundação (1959). O GTDN reconheceu, no entanto, no seu diagnóstico que “*a economia açucareira constituía uma das causas profundas do atraso nordestino.*”¹⁸ A insustentabilidade da situação social não podia mais ser ignorada. O processo de democratização da vida política em escala nacional permitia, pela primeira vez na história do país, que se desenvolvessem movimentos sociais no campo. Cada vez mais vocais, eles apelavam para a transformação profunda das estruturas, inclusive fundiárias.

Entre os traços mais óbvios do “*atraso*” que esta organização da produção infligia às populações trabalhadoras rurais produtoras da riqueza maior do Estado, a desnutrição aguda trazia implicitamente um caráter de urgência. Os planejadores enfrentavam um quadro em que “*95% da população sofre de desnutrição, sem receber uma alimentação suficiente para efetuar um dia normal de trabalho.*”¹⁹ As autoridades eram alertadas pelos especialistas, entre os quais Josué de Castro, a respeito das sérias consequências para a saúde da população. “*A situação do povo brasileiro infelizmente é de um povo faminto, subalimentado, doente. Essa a razão porque o Brasil é um país subdesenvolvido, por mais que isso doa a consciência patriótica.*”²⁰

Esperança de vida curta²¹ e mortalidade infantil²² elevada combinavam-se num quadro tão grave que os índices eram comparáveis às piores regiões do mundo,²³ particularmente aquelas em situação de conflito armado. O que não era o caso – oficialmente – da região canavieira de Pernambuco. “*O nordestino estiola-se e apresenta aos olhos do Brasil o quadro triste de patricios nossos maltrapilhos, doentes, esmolando, arrastando após si*

as crianças que por milagre não estão incluídas na estatística assustadora que acusa até oitenta por cento de mortalidade infantil.”²⁴

Proverbial era a miséria dos trabalhadores rurais da região, descritos por Joseph Page sem os entraves da mitologia vigente que afeta a maioria dos autores da época: “*O tipo mais comum de trabalhador era o morador, ao qual era dado para uso um pequeno casebre na propriedade da usina ou do engenho. Ali ele vivia com sua mulher e numerosos filhos, apinhados em um quarto ou dois, sem luz, sem água e sem instalações sanitárias. Algumas vezes, em redor do casebre, eles tinham direito de usar um pequeno lote de terra, onde podiam plantar culturas de subsistência. O trabalhador não tinha quaisquer direitos legais a essa terra e podia ser expulso a qualquer tempo, virtualmente ao capricho do proprietário rural. Isso desencorajava o camponês a realizar melhoramentos. Do mesmo modo, as longas horas que ele tinha que despender nos canaviais dificultavam-lhe a luta pela sobrevivência. Ocasionalmente, permitiam-lhe limpar alguma terra não utilizada no topo de uma colina, onde ele podia cultivar algum alimento, mas na maior parte das vezes o proprietário rural, no ano seguinte, reclamava de volta a terra, para o cultivo de cana. Naturalmente, não era feito qualquer pagamento pelo esforço do trabalhador para limpar a terra.*”²⁵

‘Comida farta’?

A história oficial da zona canavieira de Pernambuco, veiculada pela literatura, particularmente a obra de José Lins do Rego, lida compulsoriamente pelos alunos do ensino médio, reputa que a condição dos canavieiros depois da escravidão e antes de sua “proletarização” não era desprovida de conforto básico. Esta época, vista sob o ângulo saudoso dos senhores de engenho – e seus “meninos” ilustres, entre os quais o próprio romancista, mas também Gilberto Freyre e Cícero Dias etc. – tem algo de referencial na concepção amplamente difundida da cultura regional. Existe um princípio identitário nos traços literários, sociológicos ou pictóricos reunidos num conjunto coerente que faz pendente, mas também se alinha, com a representação armorial do Sertão. Coabitam classicamente, num ambiente fundamentalmente benevolente

apesar de episódios isolados de violência, uma hierarquia de classes naturalizada, o foco das atenções se situando em questões eternas, quiçá de essência, e/ou anedotas *couleur locale*.

O primeiro item da lista dos méritos do período da morada é a alimentação. Na versão oficial da história, as necessidades nutricionais dos trabalhadores e de suas famílias eram as mais facilmente satisfeitas graças à ‘lavoura branca’ praticada em lotes cedidos e aos complementos oferecidos pela natureza ao redor: matas, rios e mangues, ambos recursos colocados generosamente à disposição dos moradores pelos plantadores, donos de toda a terra.

Ora, é curiosamente o assunto melhor tratado no quadro social da época na região da cana. Todavia, documentada é a falta de alimentação. Josué de Castro responsabilizava enfaticamente “*o tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial, estabelecido sob o signo do feudalismo agrário em torno da monocultura do açúcar*”.²⁶ O autor de *O problema Alimentar Brasileiro* (1934), que lançara os estudos epidemiológico a respeito da fome, calculou que o trabalhador rural da zona da mata absorvia mais ou menos 1.700 calorias por dia.²⁷ Nos anos 1940, déficits de mais de 68% em cálcio, 75% em vitamina A, 96% em vitamina B e 36% em vitamina C foram constatados pela classe médica. Em termos calóricos, a ração habitual destes trabalhadores braçais não ultrapassava os 50%²⁸ do necessário. Nos anos 1960, observava-se que “*as famílias pesquisadas não ingerem (...) as quantidades necessárias ao fornecimento das calorias indispensáveis à manutenção das condições híginas de saúde*”.²⁹ A polêmica autora de *Morte sem choro*³⁰ estabeleceu comparações entre a fome permanente das populações que estudou na zona canavieira de Pernambuco, nos anos 1980, e aquela dos Iks³¹ ou dos habitantes do gueto de Varsóvia³² durante a ocupação nazista. Experiências norte-americanas (com voluntários) situaram por volta de 1570 calorias diárias, o nível de inanição levando à morte.³³ Todas as pesquisas subsequentes mostraram as mesmas carências graves (protéicas, calóricas e vitamínicas) provocando o atraso no crescimento das crianças, um nanismo induzido, além de outras mazelas físicas sérias.³⁴

“*A população da Zona da Mata, pelos estudos feitos naquela época, tinha um acentuado déficit calórico. (...) Um déficit energético muito acentuado, com déficit de vitamina B2, B1 que não era tão acentuado, e*

muito grande de vitamina A. (...) Nós temos presumivelmente qualquer coisa como 30 a 50% de anemia em populações adultas, principalmente em mulheres nessa área e a anemia reduz muito a capacidade de trabalho. Reduz também a resistência aos processos infecciosos. Reduz ainda a capacidade de fixar, de memorizar.”³⁵

Nelson Chaves demonstrou como a diminuição qualitativa da alimentação, com a troca de feijão – rico em proteínas – por fubá ou farinha de mandioca contribuía para a pauperização da dieta.³⁶ Secretário da Saúde ele alertava também contra as doenças – esquistossomose, malária, tuberculose – que acompanhavam esta “*monotonia alimentar impressionante.*”³⁷ Pois, entre os fatores agravantes, diversas parasitoses atingindo a totalidade destes organismos sofrendo de desnutrição provinham da má qualidade da água³⁸ e influíam no seu estado de saúde, tanto mais assim que inexistia uma rede de assistência à saúde no campo

Endemias debilitantes afetavam a população rural sobremaneira. Autoridades médicas, vez por outra, tentavam alertar os poderes públicos, inclusive por meio da imprensa. “*Morre-se de verminose como se morre por tuberculose, de malária ou subnutrição. Os distúrbios digestivos, a anemia por espoliação, o retardamento do crescimento, o embotamento intelectual, o nervosismo são tantos sintomas da infestação verminótica que gera a apatia da raça.*”³⁹ Segundo as pesquisas conduzidas pelo Dr Durval, por volta de 50% dos habitantes da zona rural eram afetados por esquistossomose, sendo a situação tão grave que “[c]ertas comunidades neste Estado, por mim estudadas nesse particular, estavam em 100%”.⁴⁰

Todos os diagnósticos efetuados, superficial ou cientificamente, na região apontam para a extrema gravidade da situação de saúde das populações trabalhadoras. Josué de Castro mencionou as “*manifestações específicas de fome, que são doenças típicas de carência, os estados lavrados, discretos, dissimulados de fome, e todas as suas conseqüências sobre a saúde física e mental dessas populações.*”⁴¹ Malaquias Batista Filho complementa: “*O nanismo nosso é fundamentalmente uma patologia de zona rural embora freqüente também na zona urbana. Mas nós temos mais nanismo no espaço rural do que na zona urbana.*”⁴²

Doenças oriundas de deficiências alimentícias agudas afetavam de maneira irreversível estas populações: “*Um médico, Gama Lobo,*

*oftalmologista, descreveu, no século XIX, uma doença chamada oftalmia brasiliense porque aparecia no Brasil sobretudo em escravos e era típica de alimentação muito pobre em produtos animais, frutos e verduras, que era o caso da alimentação dos escravos. Ele chamou esta doença de oftalmia brasiliense imaginando que se trataria de uma doença típica do Brasil, descreveu num revista alemã, e depois percebeu-se pelas descrições que era uma falta de vitamina A.”*⁴³

A mortalidade infantil atingindo corriqueiramente números comparáveis aos de tempo de crise em outras zonas, redundava numa esperança de vida extremamente curta. A causa fundamental de tal situação era a má nutrição, numa região com “o maior número de desnutridos em situação moderada e grave.”⁴⁴ A falta de alimentação quantitativamente falando, sua má qualidade e pouca variedade, causava deficiências agudas, agravando o descompasso com um trabalho comportando grande esforço físico em condições climáticas penosas. Essa conjunção resultava no enfraquecimento permanente do organismo. A enfermeira Eloine N. de Alencar enfatiza-lhe as conseqüências como crises de hipoglicemia conduzindo a “agonia, desmaios ou facilitando a ocorrência de acidentes.”⁴⁵

Inúmeros testemunhos de jornalistas e profissionais de saúde são unânimes em descrever esta situação. Antonio Callado, numa série de artigos que se tornaram famosos, contou como encontrou, no início dos anos 1960, os membros de uma família “atacados de bexigas há um mês” a “56 km de Recife”, num engenho onde conviviam 500 pessoas “nenhuma vacinada”.⁴⁶ Em contraste, tais assuntos são raramente evocados nas reuniões patronais, a deficiência alimentar dos trabalhadores aparecendo na imprensa apenas na época de revisão dos preços da cana, do açúcar e do álcool garantidos pelo IAA. A miséria das populações servia então de argumento para um aumento dos subsídios estatais para o patronato (diretos ou intermediados por preços e mercados garantidos).

A fome: versão dos trabalhadores sobre a ‘morada’

Os trabalhadores rurais entrevistados⁴⁷ confirmam as raras menções dos especialistas e mais raras ainda concessões do patronato, contradizendo a

mitologia da vida pacata sob o regime de morada. Essas lembranças, às vezes dolorosas, parecem mais com aquelas dos sertanejos do que se poderia esperar. Assim, 1937 foi conhecido como o ano da grande fome na zona canavieira. Vários trabalhadores mencionam o fato, circunstância em que a situação tornou-se crítica para muitas famílias. *“Meu tio começou a trabalhar, passar necessidade. Passando fome, às vezes, era capaz de cair no serviço”*, lembra José Inácio da Silva. Generino Luis da Silva complementa que, mesmo fora das épocas de crise aguda, a fome era comum: *“Pra trás o que eu sei dizer é que fome eu passei, e muita. Passei muita. Fome, era muito. Chorei até de fome.”* *“Passava”* fome, confia também Amaro José de Sena. Segundo o entrevistado, isso não é contraditório com o fato de ter caça e pescados para *“levar”*, pois estas fontes não forneciam o suficiente. *“Tinha um bocado de fome nos engenhos naquela época”*, confirma José Antônio da Silva.

Eu passei tanta necessidade que eu não sei nem contar na minha vida. Porque no tempo que eu trabalhei ali no Engenho Prado, aqui, nesse engenho perto do Juá. Aqui em 37, a gente saía de manhã, uma cuia de farinha de 7 mirréis. Lá em casa tinha, parece que 7 pessoas e não tinha condição de trabalhar 4; e não tinha condição da gente comprar uma cuia de farinha. A situação era difícil. A gente ia pro serviço trabalhar, quando era meio dia, 9 horas a gente vinha para casa fazer um lanchinho, fazer um lanche; voltava, pegava no serviço de uma hora. O feitor mandava buscar um bardo de mé de furo no engenho. Tinha gente que bebia uma garapa na hora de meio-dia, quando acabava de beber ficava assentado alí. Suava, suava, suava. Tinha gente que adoecia e ia pra casa. Dava fraqueza. Moleza. Até adoecia. Com aquela garapa de mel de furo, comia três vezes. Comia duas vezes. Comia uma vez de 9 horas do dia e ia comer outro de 6 horas da noite. Era. O direito da refeição, era esse. Duas vezes no dia!

Antônio Virgínio da Silva.

Embora a questão alimentícia durante a época da ‘morada’ fosse sempre associada na literatura à posse de terra cedida às famílias de trabalhadores pelo empregador para culturas próprias, os entrevistados mencionam em primeiro lugar o seu salário: o quanto era insuficiente para cobrir as necessidades em alimentos para a simples sobrevivência. Todos concordam que seu valor era muito pequeno. Muitas vezes, pago em vales – e não em moeda oficial – embora fosse contrário à lei. Esta prática colocava as populações que moravam nos engenhos à mercê dos preços altos no “barracão”, venda autorizada pelo dono do engenho ou da usina em que se abasteciam os trabalhadores e onde era pago – novamente de forma ilegal – o salário. A ‘conta do barracão’ era tão malfamada que a expressão ficou na linguagem da região: “*Coisa de barracão: coisa em fim, qualquer coisa que sempre aumenta.*”⁴⁸

Todo o valor do salário era engolido, em muitos casos antes mesmo de ser percebido, na compra do produto básico da dieta, a farinha de mandioca e algum complemento como peixe seco. Mesmo depois da regulamentação da profissão com o Estatuto do Trabalhador Rural e o Acordo do Campo (1963), ainda 80,2% da renda familiar era gasta com a alimentação; 4,5% com o vestuário; 4,4% com remédios; 4,3% com fumo e bebidas; e 3,2% com artigos de higiene.⁴⁹ A insuficiência salarial agravava todos os aspectos da vida dessas famílias, além de privá-las de qualquer possibilidade de distrair parte alguma de suas forças na luta – é a palavra que usam – contra a morte por inanição. Entre os outros aspectos que este fenômeno comporta Robert Castel lembra: “*Maurice Halbwachs, assim como Veblen, mostrou as incidências antropológicas da atribuição da maior parte do orçamento no consumo de alimentos: é a participação à vida social que está assim amputada em virtude da debilidade das despesas que não têm por finalidade a reprodução biológica.*”⁵⁰

Assim, havia muita fome nos engenhos, mesmo no tempo da ‘morada’. Entre as categorias mais cruelmente atingidas, além das crianças, estavam os velhos que não conseguiam mais manter o rude ritmo do trabalho no eito. Os entrevistados, hoje em dia aposentados, são particularmente sensíveis à recordação da condição dos velhos na época da ‘morada’. “*Tinha muitos; passava muita fome. Era muita gente... Quando eu ia pra Cucaú, aqui, acolá uma porteira – que antigamente existia porteira nas estrada – não faltava um penitente pedindo. Era o pessoal velho. Não existia aposentadoria pra ninguém, meu*

amigo, não. Olhe, quando eles ficavam era pedindo, com um saco nas costas pedir por todo canto. Os que tinham compaixão davam; os que não tinham não davam. Quando não era nisso, era na feira pedindo. Pelos pés das pontes pedindo.” Cassiano José de Sena.

A lenda da “preguiça”, de que certos patrões acusavam tanto seus trabalhadores, e que teve os ecos que se sabe no embate Nordeste/Sul, encontrava sua explicação na fome endêmica que reinava na região. *“Essa passividade que a desnutrição cria, a acomodação, a apatia, o fatalismo, o pessimismo e a aceitação do quadro que está aí. O indivíduo desnutrido, a não ser que ele tenha um grau de informação, de consciência política muito grande, no máximo, a preocupação especialmente a desnutrição primária estaria relacionada com a limitação mesmo do consumo de alimentos, é que ele quer simplesmente comer. Quer dizer ele se torna um homem vegetativo, não se torna homem. Ele é um vegetal que quer satisfazer as necessidades biológicas; às outras coisas ele renuncia.”*⁵¹ Os trabalhadores detectam todos os sintomas da fraqueza física e mental conseqüente à desnutrição. *“Uma coisa, um negócio que o patrão não gostasse; se ele fosse preguiçoso, né? Quem trabalha às vez até com fome, e não é preguiçoso.”* Manoel dos Santos da Silva.

Genericamente, os trabalhadores acham que a comida era *“muito pouca. A alimentação já era mais ruim”*, segundo José Pascoal de Figueiredo. Pois, embora empregados em tempo integral em trabalho pesado na atividade criadora da maior riqueza do Estado, nem as principais refeições estavam garantidas todos os dias para todos eles. *“Não, a comida toda vida foi... apertada”*, testemunha João Francisco dos Santos.

Truques para enganar a fome

As formas de enganar a fome causavam também danos à saúde dos trabalhadores. É o caso do uso de álcool, como lembrou Francisco Julião,⁵² e outras drogas, fato encorajado pelos patrões, que nunca deixavam o barracão desprovido de cachaça, quando faltavam gêneros alimentícios básicos. *“Porque eu tomava um cafezinho de manhã fraco, trabalhava até 11 horas, sem direito a mais nada, somente água e fumar, que eu*

fumava muito. Pronto, e de tarde ia, às vezes, levava um lanche pra comer de 11 horas. Chegava lá, comia aquela farinhazinha seca com aquele peixezinho, unha de carne. E pronto, ia trabalhar a tarde. De tarde, quando largava, que chegava em casa, não dava, não tinha tempo mais pra fazer nada no roçado.” Manoel Bernardo Alves.

Mel de furo distribuído pelo feitor e cana chupada, às vezes, às escondidas, eram meios mais corriqueiros para manter-se de pé. O Professor Malaquias comenta os claros limites deste *Ersatz*. “*A cana seria uma fonte calórica interessante, importante, se chupar uma cana por inteiro. Por exemplo, cada dez quilos de cana produzem aproximadamente um quilo de açúcar. Quer dizer, quem consumir um quilo de cana estaria absorvendo qualquer coisa como 160 a 200 gr. de açúcar, algo como 800 calorias. Então seria um aporte significativo. Agora tem aquele problema. A cana é a chamada caloria vazia. Praticamente é só caloria, não traz vitaminas, proteínas.*”

Passei muita fome, passei muita necessidade. Eu trabalhava o dia, eu só comia uma vez no dia e muito pouco! Mas a sorte da gente era o mel de furo. Mel de furo, sim, Senhor. Mas eu trabalhava e chegava em casa. Quando chegava em casa, era de noite! A minha ceia era uma garrafa de mel de furo que eu tomava e ia dormir. Aí não amanhecia o dia, não existia café na época, ninguém não podia, né? Aí ia trabalhar, ia trabalhar, amanhecia o dia ia trabalhar. Aí o patrão, às vez, quando era na diária, ainda era bom, porque ele mandava o cocheiro lá levar um bardo de mel desse tamanho, olhe..., água lá pra o serviço; chegava, a gente tomava uma garapa de mel de furo e ia trabalhar. Quando era de 9 pras 10 hora aí chegava aquela coisinha pra gente, eles levava, 10 hora a gente comia; aí descansava um negócio de 15 minuto. Aí ia trabalhar de novo. Quando era de uma hora da tarde, aí ele largava, para fazer um lanche. Qual era o lanche? Uma garrafa de mel de furo também; e assim era todo dia, continuado, todo dia continuado. Todo dia porque o dinheiro era tanto assim.

José Pereira de Lima.

Papa de farinha com água

“A gente come um dia e jejua no outro”

Deolinda⁵³

Segundo Josué de Castro, a falta de proteínas na dieta dos canavieiros era também devida ao abandono das atividades agrícolas vencidas pela monocultura sacaricultora dos senhores de engenho: “*Homens com ciúme de suas terras maior do que de suas mulheres e horrorizados com o perigo de que estas terras se rebaixassem devassamente a produzir qualquer outra coisa que não fosse cana.*”⁵⁴ Sobrara apenas a farinha, “*alimento bem inferior do ponto de vista nutritivo, com um teor de proteína, de sais minerais e vitaminas, bem inferior ao do cereal europeu.*”⁵⁵ Pesquisando na região açucareira da Bahia, no início dos anos 1940, Vasconcelos Torres encontrou o mesmo tipo de cardápio:

“*Não raro, deparamos cortadores de cana visivelmente subalimentados: eles traziam sempre a sua refeição numa lata ou marmitta, refeição em 80% dos casos é constituída de nove partes de farinha para uma de carne do Ceará. Os preços dos gêneros de primeira necessidade, na ocasião do inquérito, 1942, estavam subindo sem que os salários acompanhassem essa progressão.*”⁵⁶

Até mesmo nos casos de empresas mais “*adiantadas*” social e tecnicamente, como a famosa Usina Catende – ápice do empreendedorismo pernambucano, a maior usina da América Latina – gostava de manifestar seu zelo para com os trabalhadores (da indústria), conforme aparecia em inúmeras matérias na imprensa – a dieta dos trabalhadores rurais permanecia tão pobre quanto aquela dos mais “*atrasados*” engenhos de fornecedores de cana.

“*Para a maioria, para toda a classe pobre (...) a farinha é uma necessidade imprescindível. Necessidade econômica. Um punhado de farinha pode constituir a refeição de todo um dia. A farinha tem a propriedade de “inchar”, de crescer e avolumar-se. (...) E o que o “povo” quer é “entupir” o estômago, encher a barriga, sentir o ventre avolumado. Isto oferece a sugestão de “barriga cheia.”*”⁵⁷

O grosso da comida, era unanimemente “*Feijão, fava. Farinha. Macaxeira. Batata. Pronto, o que comia, esse era o comer, né?*”, resume

José Peagentino dos Santos. Como diversos estudos⁵⁸ já o assinalaram, a variedade reduzida dos alimentos, ou melhor, a extrema monotonia desse cardápio imutável era acentuada ainda pela falta de tempero.

“A alimentação era o seguinte, alimentação era uma alimentação que não era boa. Mas, quer dizer, não tinha um gosto gostoso. O tempero não era fácil. Agora era uma alimentação que sustentava a barriga. Era batata, macaxeira; inhame quase não se falava nesse tempo, mas a farofa, né, a comida é feita a farofa, e hoje come essa farinha, feito a farofa. Feijão, nesse tempo, o pessoal plantava muita fava. [E fruta?] Fruta era favorável, fruta era favorável. Jaca, manga, caju, era essas frutas. Laranja quase não se falava. Lá só tinha no sítio do vizinho.”
Antônio Maurício Domingo.

Apesar de tão adversas circunstâncias, lembram os trabalhadores, a perícia de seus pais permitia sua sobrevivência quando crianças, com acrobacias cotidianas para provê-los com a melhor alimentação que pudessem conseguir.

“Naquela época, às vezes, minha mãe saía, assim, por uns daqueles peixinhos desse tamanhinho, assim. Chegava em casa, botava no fogo, fervia, fazia um escaldado, dava os filhos, às vezes, que as condições não dava pra comprar 100 gramas de charque mode dá de comer. Trabalhava todo dia, a gente trabalhava, mas as condições, às vezes, era tão precária que não dava mode comprar 100 grama de charque mode fazer um almoço pra gente certo.” Antônio Virgínio da Silva.

Feijão velho e farinha foi a receita aplicada por uma mãe para salvar a família da inanição. Conta Anísio Francisco da Silva que sua família chegara num novo engenho, ocupando o sítio de outra família que havia sido expulsa da propriedade e devia ter deixado o engenho com pressa, pois havia plantações. Recém chegados, seus pais e irmãos não podiam ainda contar com a produção do sítio que plantariam. Foram salvos pela competência e inventividade da mãe, que soube aproveitar o que sobrara do plantio de seus predecessores na terra. O salário nem sequer é mencionado por esta família de trabalhadores assalariados como meio de conseguir alimentos.

“A felicidade da gente foi que o cabra tinha saído da casa tinha deixado um bocado de feijão velho lá e minha mãe apanha aquele feijão mesmo sem tá maduro né somente a vagem e cortava como quem cortava

cenoura né e botava pra cozinhar pra as vez comia com farinha. Não tinha farinha, pedia massa na casa de farinha. A minha mãe fazia farinha secava aquela massa numa telha dessa de casa botava no fogo e secava aquele ali fazia farinha pra comer com mé, esse mé, um mé cabaú. Talvez você não saiba nem o que é isso: bota na ração de bicho. Mel de furo é o cabaú que sai da usina né. A gente tomou muita garrafa dele, foi no primeiro ano. Nós tomemos muita garrafa agora pra tomar não por brincadeira não era pra tomar porque comendo macaxeira muitas vezes com bredo, que vende na semana santa aquilo nos comia por obrigação. Era por obrigação. (...) A macaxeira não cozinhava não; mas pra não morrer de fome, a gente come. Cozinhava, ficava aquilo amarelo danado, raspava com a colher, né, e comia.”

O sítio e/ou roçado eram fundamentais na estratégia adotada pelos canavieiros para conseguir os meios mínimos de repor sua força de trabalho. Em todos os casos, seja através de atividades extrativistas ou da produção de alimentos, tal façanha era sempre dependente de trabalho suplementar do chefe de família e de seus familiares. Pois seu salário não correspondia de maneira alguma a sua definição teórica: a quantia necessária para a reposição da força de trabalho, inclusive a nível de gerações. Ou seja, além do esforço consentido enquanto assalariado – condição para permanecer no engenho, portanto ter eventualmente acesso à terra cedida na forma de sítio/roçado – os trabalhadores e suas famílias deviam exercer atividades que lhes providenciassem boa parte do sustento. Nenhum conforto, portanto, mas trabalho dobrado.

Nenhuma ajuda patronal é lembrada, muito menos com frequência e proporções dignas de deixar saudades. Como já o denunciara Josué de Castro, a classe dominante tentou impingir uma autocensura aos habitantes da região, seus empregados, para que desistissem de comer alimentos importantes como as frutas. Malaquias Batista Filho confirma a lógica das proibições alimentares: *“eram práticas ‘evitativas’ criadas pelos donos de terras para fazer com que o trabalhador não cásse na tentação de desenvolver outros tipos de culturas que não a cana-de-açúcar. Por exemplo dizia-se que a manga comida com leite era prejudicial à saúde bem como a melancia quente ou com leite, ou a banana. Sempre existia uma relação muito permanente entre fruta e leite dizendo que no dia em*

que se comesse um não se podia comer a outra. Como isto é sobretudo para consumo de criança, e a família preferia o leite, ficaram praticamente proibidas as outras coisas. Como as proibições, na visão de Josué de Castro, eram estratégias culturais, intencionalmente difundidas pelos proprietários para que a terra não fosse cultivada com outros tipos de coisas que não a cana-de-açúcar.”⁵⁹

O único apoio para as famílias de trabalhadores rurais consistia na solidariedade direta dos vizinhos. O acesso às matas e até mesmo aos rios para abastecimento das famílias, evocado na literatura como um efeito da benevolência patronal, tampouco era tão generoso assim. Pois, além de parco e eventual suplemento – nunca o essencial da dieta – ele sofria igualmente limitações. Ademais, as proibições se exerciam com violência (potencial, como ameaça) ou efetiva igual às demais interdições na vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias. São frequentes os episódios em que o desrespeito às normas – ao chupar cana ou comer banana – levaram às vias de fato contra os trabalhadores.

Socorro médico

*“Essa cova em que estás
com palmos medida
é a conta menor
que tiraste em vida
É de bom tamanho
nem largo, nem fundo
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
É uma cova grande
para tua carne pouca
mas a terra dada
não se abre a boca.”*

João Cabral de Melo Neto
Morte e Vida Severina

Na época da morada, a suposta relação estreita e pessoal entre empregador e trabalhador rural teria se traduzido, segundo a história oficial, além da comida farta, no socorro prestado nos momentos em que a saúde do próprio trabalhador ou de alguém de sua família estaria seriamente em jogo. Os casos mais próximos da *image d'Épinal* constituída ao fio das produções literárias e de seus reflexos na suposta 'memória coletiva' da região, mostram a bondade do senhor de engenho e – tipicamente, em termos de gênero – da senhora: uma criança doente; uma esposa em trabalho de parto; um pai acidentado eram ocasiões típicas para o exercício do tão aclamado “paternalismo”, base da boa fama endógena do patronato regional.

O proprietário ou, no caso da “moderna” usina, o administrador e o dispensário seriam instâncias de apoio assegurado, rápido, eficiente, bem intencionado e gratuito. Eles teriam um papel decisivo no desenlace positivo dos incidentes, marco de distinção para os empregadores. Não há sequer menção do fato que determinadas parcelas dos preços da cana, do açúcar e do álcool deviam – por força de lei⁶⁰ – ser empregadas na manutenção de equipamentos e profissionais incumbidos de zelar pela saúde destas massas de assalariados. As autoridades reconheciam a gravidade da situação: “*O homem do campo verminótico e endêmico é um trapo humano que se arrasta na paisagem desolada, enche as ‘estradas da fome e da morte’.*”⁶¹ Mas a epidemiologia e os estudos a respeito da condição física das populações canavieiras – unanimemente avaliada como má – não levavam os poderes públicos a tomar medidas. Sua principal preocupação era limitar o êxodo rural.

A opinião dos trabalhadores rurais entrevistados difere radicalmente da visão oficial da história. Como acima mencionado, más condições de vida, falta de saneamento básico, carências alimentícias graves e um sistema de saúde quase inexistente⁶² redundavam na falta de resistência de organismos debilitados que sucumbiam a doenças de prevenção fácil e de efeitos limitados em pessoas bem alimentadas e tendo acesso à assistência médica adequada. “*O sarampo, doença benigna nos bem-nutridos, assume proporções graves entre os malnutridos, sendo responsável por elevada incidência de morte.*”⁶³ Em pesquisa mais recente, a grande maioria dos trabalhadores se queixou de problemas de saúde.⁶⁴

Os canavieiros entrevistados lembram sobretudo dos problemas de saúde mais graves. Mencionam acidentes de trabalho, corriqueiros, em virtude do uso de foices, facões e outros instrumentos cortantes. As conseqüências de um movimento desviado pela palha da cana, por exemplo, podiam se tonar rapidamente críticas com a ocorrência de sangramentos. A rapidez de uma intervenção médica fazia a diferença, eventualmente, entre a vida e a morte do trabalhador.

As enfermarias valorizadas sobremaneira pela imprensa não eram tão freqüentes assim. “*Eu não me lembro que tinha, não*”, diz José Barbosa do Nascimento. Até mesmo para preservar a força de trabalho da qual necessitavam, os empregadores não lançavam mão de cuidados especializados. “*Os patrões não socorriam não. Mandava lavar com água de sal. Aconteceu comigo, cortando cana, cortei a mão; já tinha o nosso sindicato aqui. Fui ao homem, lá em Porto Alegre, mostrei a ele. Ele disse: “Você vai pra casa, faz uma compressa, uma agüinha de sal nisso aí e amanhã trabalha.” Eu disse: “Eu não agüento. Não posso.” Ele disse, “Então procure seus direitos.” Quando não tinha sindicato, tinha que fazer em casa.*” Amaro Pedro dos Santos.

Em caso de acidente ou de doença, a falta de ganho causava graves problemas a toda a família, agudizando o nível de pobreza. Certas usinas, consideradas as mais avançadas, organizavam um tipo de caixa coletiva de seguro aos quais os empregados eram obrigados a contribuir. Meio de angariar contribuições dos trabalhadores rurais, estes dispositivos não deixavam em hipótese alguma, nem decorativamente,⁶⁵ a possibilidade dos assalariados rurais influírem sobre o uso desses recursos. “*De vez em quando, o usineiro pagava a semana. É, pagava um monte pio. (...) Não esse negócio de direitos, ainda não. O patrão era atrasado, naquele tempo era atrasado.*” José Elias dos Santos. Ao opor esse tipo de ajuda mútua, verdadeiramente, que podia dar ao trabalhador desta usina um alívio temporário, ao “direito”, o entrevistado estabelece toda a distância entre algo percebido não tanto como um favor, que exigiria retribuição, mas como uma circunstância onde o trabalhador e sua família ficavam mais vulneráveis, a mercê da decisão do empregador.

Além dos custos do tratamento, os trabalhadores corriam riscos derivados do acidente: seqüelas irreversíveis devidas à falta de atendimento

ou a sua qualidade insuficiente. *“Tinha outros consequências que a gente via na saúde, aquelas de acidentes. O trabalhador cortava um dedo, ele sempre perdia, perdia então como não era um negócio grave, chegava em casa, as mães, os pais que eram inteligentes, lá em casa mesmo. Minha era muito inteligente, então fazia um curativo, botava remédio de pano de café. Hoje coloca café. Naquela época colocava café. Colocava cabelo, então um cabelo, uma pedra, então aquilo se passava o tempo, o dedo ficava com defeito.”* Antônio Maurício Domingo.

Não há menção alguma de serviços prestados aos trabalhadores em situação de risco, em virtude de sentimentos cristãos, ou apenas episodicamente nos jornais que faziam importante cobertura das inaugurações de dispensário citando longamente os discursos das autoridades presentes.⁶⁶

“Era Jesus, mais inteligência.”

*“Qual é a maternidade da mulher do camponês? É capaz de dar à luz no partido de cana. A assistente é a cunhada, o berço do filho é o balaio de semear cana, o livro é o balaio, o lápis uma vara de ferrão para chamar os bois.”*⁶⁷

Além dos acidentes de trabalho, os partos são mencionados com maior frequência entre as situações de urgência. Eram as circunstâncias por excelência onde se exerceria a relação pessoal entre empregadores e empregados: a casa-grande se empenharia em auxiliar a família de moradores, providenciando assistência médica para a mãe e enxoval para o bebê.

Contudo, o depoimento dos trabalhadores mostra mulheres grávidas e em trabalho de parto sem acompanhamento qualificado o que resultava em alta morbidade e mortalidade materno-infantil. A experiência não lhes permitindo esperar a ajuda dos empregadores ou do Estado, os trabalhadores apelavam para forças maiores e recorriam aos conhecimentos médicos populares. *“Botava na mão de Deus. Jesus era quem resolvia. Entonce mato! Era. Folha de mato, era sumo de mato, era tudo o que curava. Era Jesus, mais inteligência.”* José Batista do Nascimento.

Apesar das afirmações reiteradas de solicitude por parte dos empregadores e de suas declarações de intenção quanto à introdução de equipamentos hospitalares adequados para as populações rurais, a realidade retratada nos depoimentos era de desamparo. *“Para partos e estas coisas, assistência era muito ruim. Não tinha carro, não tinha nada naquele engenho, naquele tempo. Não tinha carro para ir buscar um doutor, uma assistência. Nada. A mulher avechava a dor a boca da noite. Às vezes, no engenho não tinha. O marido andava um dia ou dois para arranjar uma assistência. Chegava lá a mulher já tava até morta. Isso aconteceu muito. Às vezes chegava noutra engenho, a mulher dizia: “No seu engenho... é muito longe, está chovendo!” É de noite, e tem que andar até outro engenho. Era assim. (...) Não tinha para quem apelar, só apelava para Deus.”* Amaro Pedro dos Santos. José Honorato dos Santos confirma: *“Às vezes, a mulher ia descansar hoje; ia buscar a assistência lá, do outro engenho. Ali, no engenho, não tinha, ia buscar no outro engenho. Pro Senhor ver, quando a minha mulher descansou, eu fui buscar a assistente lá na chamada Diária de Baixo, em Piedade. Eu morava numa outra propriedade, outro engenho. Lá no engenho que eu morava não tinha.”*

Essa peregrinação pelos engenhos em busca de uma parteira leiga, uma “assistente” como alguns a chamam, é tão recorrente nas narrativas que expressa pela sua reiteração o grau de sofrimento contido nessas lembranças cujo desenlace era muitas vezes trágico, com a morte da parturiente e/ou da criança. *“Quando a mulher do morador chegava o tempo de descansar, maternidade aonde. Só tinha em Barreiros, e a dos ricos. Ou se não, em Ribeirão.”* Amaro Pedro dos Santos. A frustração aflora em virtude da diferença de tratamento, não apenas com a classe dominante, mas também entre trabalhadores rurais e trabalhadores da indústria do açúcar: *“os operários têm sindicato, instituto de aposentadoria; tem lenha, luz, maternidade para a sua esposa quando vai dar à luz”*, exclama-se uma camponesa de Escada.⁶⁸ Pois trabalhadores rurais não gozavam – até a criação do FUNRURAL, no anos 1970 – dos direitos de seus companheiros industriais. A proximidade geográfica lhes permitiam comparações que lhes deram um entendimento específico dos desdobramentos da política trabalhista no Brasil. Eles elaboraram uma periodização original a respeito de sua própria história

laboral que se distingue daquela da historiografia: eles consideram que não foram excluídos da grande reforma getulista, mas que seus direitos haviam sido “escondidos”. Arraes os traria à tona.

A omissão das autoridades públicas e a óbvia falta de empenho dos empregadores contradiziam tanto o modelo usineiro de patrão esclarecido e moderno, quanto a versão do senhor-de-engenho benévolo, veiculada pela literatura. Longe disso, a atitude dos proprietários e de seus mandatários era, muitas vezes cínica. Assim, um trabalhador, cuja companheira se encontrava grávida, pedira ao administrador do engenho “*que lhe adeantasse algum dinheiro afim de comprar enxovais para o seu filho nasciturno, e ele lhe responder que filho de pobre se embrulha com estopa.*”⁶⁹

O pagamento: “Era por conta da gente mesmo”

Nenhuma ajuda patronal assegurava uma remuneração à parteira: “*Pra agradar a ela, dava uma galinha... Era por conta da gente mesmo.*” José Batista do Nascimento. Manoel Bernardo Alves confirma que o serviço não era pago pelo engenho. “*Não, não, Senhor. A gente mesmo dava um agrado, uma coisa quando podia. Quando não podia. “Comadre, se agüente por lá, e demore, e tal e coisa...”; e a conversa era essa.*”

Algumas usinas contratavam profissionais episodicamente. Mas, na experiência dos trabalhadores entrevistados, isso constituía a exceção. “*Às vezes, quando dava tempo, eles traziam de Vitória pra parteira na usina, e quando não dava tempo, era em casa mesmo. [A usina tinha uma parteira dela mesma?] Tinha! Na época, tinha. Agora não era todo tempo, tinha vez que botava uma, passava um tempo, depois tirara, botava outras.*” Antônio Santana da Silva.

Embora nutrissem respeito e gratidão para com as parteiras leigas, os trabalhadores lamentam as limitações de seus conhecimentos e a falta de instalações capazes de providenciar cuidados de emergência como cesariana, contenção de hemorragia ou impedir infecções fatais nas parturientes. “*Se desse pra escapar, felicidade delas. E se não desse, morria! Morria muitas mulher.*” Severina Maria da Silva.

A Cooperativa Agrícola de Tiriri, fundada com quatro engenhos do município do Cabo em 1963, rara experiência de autogestão, mostrou a premência da questão: os cooperados indicaram logo uma “curiosa”, uma parteira leiga, para se formar no Recife e retornar aos engenhos, onde atuaria como agente multiplicador,⁷⁰ na tentativa de corrigir a falta de assistência médica às populações rurais.

A introdução de assistência médica do Estado para os trabalhadores rurais é associada ao ‘Tempo de Arraes’, num conjunto de ‘direitos’ que significou uma transformação na vida e nas expectativas dos canavieiros. *“Não sabia, nem que tinha na capital, no Recife. Ninguém nunca sabia. Ouviu falar, maternidade no Recife, também em Casa Amarela, por esses cantos assim, adespois de 64, do tempo de Miguel Arraes pra cá. Mas nos outros tempos... era em casa mesmo.”* Alfredo Cosme dos Santos.

A ajuda que os entrevistados não cansam de mencionar era aquela dos vizinhos, “pais e mães de família”. *“Nesse tempo, quem ajudava na emergência, eram os pais de família mesmo”* assegura José Honorato dos Santos. Os patrões são sequer mencionados, a não ser (raramente) de forma negativa, pois sua omissão era esperada. Ao contrário, eram os vizinhos, parentes, amigos que estavam sempre à mão, ajudando, em qualquer situação, fornecendo apoio, encorajamentos, consolo.

“Era em carro de boi, na rede. No espinhaço dos outros, né? Era meio difícil.”⁷¹

Um dos mais difíceis problemas a resolver em caso de emergência, seja acidente de trabalho ou parto, era o transporte do paciente, outro assunto em que se podia testar a benevolência patronal. Nenhuma ambigüidade quanto à assistência com a qual podiam contar: “[Eles não davam, assim, assistência, os patrões? Trazer um médico para...] *Dava nada, dava não, nessa época não.* [Um carro para levar um doente...] *Nessa época? Nessa época não. Aquele que tivesse um coração bom... mas tinha muitos que não queria nem levar no carro pra não sujar o carro dele, vamos dizer, pensando assim, né? E dessa época pra cá que apareceu também o Sindicato. Aí ele dá assistência, né? (...)* A gente paga o Sindicato, qualquer coisa o

Sindicato, né? O carro aí transporta pra qualquer canto. Mas, naquela época, era mesmo que uma estrada fechada no mato.” Pedro Porfírio Domingo.

A angústia dos casos de emergência médica e a impotência à qual eram reduzidos os trabalhadores rurais deixaram muitos deles parcimoniosos na expressão: *“Era difícil. Difícil. Nós não tinha emergência. A emergência que tinha era o camarada, ia-se arrastando de qualquer maneira, ou se o povo levava até numa rede, se fosse possível. Numa rede. Numa rede. Porque não tinha um carro, não tinha nada, não tinha, não tinha nada. E se ficava era isso.”* Cassiano José de Sena.

“O médico da gente era remédio do mato”⁷²

Nos casos mais graves, os trabalhadores esforçavam-se em conseguir medicamentos modernos. Mas, no dia-a-dia, só havia remédios caseiros disponíveis para atender às necessidades de toda a família. *“Era o que havia mesmo era remédio do mato. Precisava ser uma doença muito pesada que aquele médico da usina quando receitava, dava aquele remédio. Mas doencinha mais maneira tinha que ser curada em casa com remédio do mato mesmo.”* Severina Maria da Silva.

Outros trabalhadores mencionam uma figura muito querida no meio rural, a rezadeira, que ajudava também nos casos de doenças. *“Quando a gente estava com uma dor na perna, ia atrás de uma rezadeira, ela rezava.”* José Inácio da Silva. Tradições indígenas para confeccionar e administrar remédios fitoterápicos abasteciam o elenco das possibilidades de cura. *“Algum entendia”,* explica Alfredo Cosme dos Santos. *“O camarada fazia: «Tô doente hoje o dia.» A receita que passava era tomar xarope de malva.”* *“Não existia quase médico, e os remédios era do mato, era vegetal; então o povo tinham ainda as idéias dos índios, dos caboclos, faziam muitos remédios das árvores e aí curavam mesmo a doença. Quando tinha um doente, eles faziam aqueles remédios, tinha aquela dieta de três dias sem abrir a porta, sem nada e quando a pessoa ficava boa, ficava mesmo. Quem não morresse ficava bom!”* José Antônio de Lima.

Quanto à uma assistência médica propriamente qualificada, “o doutor, médico”, “[e]ra muito dinheiro”, lembra José Honorato dos Santos. Nenhuma menção de um plantador benevolente pagar as contas médicas, mesmo nos casos mais graves. Morreram os pais do entrevistado: “Morreu... um morreu porque... doença mermo, e papai morreu de uma congestão. [E não tinha recurso lá nessa época?] Tinha não, senhor. Adoecia porque médico... tinha doutor Monteiro, na cidadezinha da gente era muito difícil, só pro senhor de engenho, que nem carro não existia nesse tempo. E medicamento que tinha, era uma erva cidreira, chá de laranja, capim santo, era o medicamento que tinha. E ninguém podia comprar, quando aparecia.” José Damião da Silva.

Para alguns entrevistados, uma figura importante era o farmacêutico, na cidade próxima que aconselhava e servia também de intermediário importante na afirmação de laços de dependência junto, por exemplo, a políticos locais. “A doença de um na minha casa, nos outros, meu pai ia pra rua e receitava com o farmacêutico. Resolvia com as receitas dos farmacêuticos. Com chá de mato, resolvia.” Manoel José Alexandre.

“*Ia pra usina*”

Em certos casos apenas, parece ter a marca de uma diferença entre os empregadores usina/engenho. Pois, contrariamente aos engenhos, as usinas dispunham muitas vezes de uma enfermaria. “*Ia pra usina, tinha lá... um enfermeiro, né. A gente ia pra usina, viu. Se tratar lá; ele dava um remédio, às vezes passava a receita pra gente comprar*”, conta Francisco Zalatiel Ferreira. O mesmo entrevistado afirma que não havia parteira da usina. Como se o serviço da empresa fosse, eventualmente, reservado ao atendimento aos homens, em casos de acidente ou doença que afetasse seu desempenho no trabalho. Havia, entretanto, reservas quanto às instalações disponíveis: “*improvisação de corredores em enfermarias, quando havia corredores.*”⁷³ Bem como à atitude dos atendentes: “*Quando o camarada adoecia, às vezes doente ia e o homem dizia que era preguiça. Era. E o médico [da usina] dizia que era preguiça.*” Miguel José de Oliveira

As raras, mas badaladas, realizações⁷⁴ de assistência aos trabalhadores do açúcar eram exaltadas como ilustrações do espírito caritativo dos empregadores,⁷⁵ embora fossem financiadas com as contribuições dos próprios empregados “*com o desconto semanal de apenas 10 cruzeiros*”.⁷⁶ Outro mito, o da gratuidade, assim cai por terra. Como a educação, o atendimento à saúde porventura providenciado na empresa era pago: “*A saúde... era socorrido pra usina. Tinha um doutor também. (...) Naquele tempo, pagava 1 cruzado durante o... todo domingo, toda semana. Só era o que tinha pra gente de bom. E se procurasse, se não quisesse, ficava pra lá.*” José Francisco dos Santos.

Odilon lembra que ver um médico era muito difícil, mas que já houvera casos em que o “*patrão dava uma ordem pro médico, né?*” José Peagentino dos Santos diz que a ordem era para o “[f]armaceiro. *Passava pelo farmaceiro. Era. Era difícil passar pelo um Doutor mesmo.*” De qualquer modo, além da distância, dificuldade de acesso, o maior problema era mais uma vez financeiro, pois “*É, pagava...*” lembra Joaquim Pedro da Silva. A tão “lembrada” ajuda dos patrões em caso de necessidade crucial, vital, de ordem médica limitava-se, no melhor dos casos, em empréstimos de dinheiro para enfrentar os custos do atendimento, pedido que nem sempre era atendido. “*Se pedir ao patrão: «Patrão, me empreste 2000 Réis.» «Tem não, vá trabalhar. Não tem, não.» Aí o cabra tinha que se virar com aquilo ali, passar aquele aperreio assim mesmo.*” José de Andrade.

Hospital: “Só no Recife!”

A inauguração do Hospital Barão de Lucena⁷⁷ levou a imprensa local a rivalizar em elogios ditirâmbicos. O *Diário de Pernambuco* proclamava em título que ocupava toda a página: “*Arrancando o trabalhador rural das garras da doença e da miséria*”. O presidente da República, JK, prestigiara com sua presença o “*capitão da indústria*” José Pessoa de Queiroz, que representava a classe patronal na cerimônia.

A aplicação da taxa pública para atendimento médico e social dos trabalhadores do setor era mostrada como efeito da inclinação caritativa e moderna dos empregadores. Em vez de direito dos trabalhadores mediado

pela ação do Estado para com importante fração de seus cidadãos produtores da maior riqueza de Pernambuco, Gilberto Freyre congratulava, na ocasião, o usineiro, por seu “*espírito público*”. As instalações modernas lhe davam “*a impressão de estar na Alemanha*”.⁷⁸ O jornalista precisava que o objetivo final da criação do estabelecimento era: “[*a*] *verdadeira Paz Social*”. JK afirmara que ela estava “*cimentada na perfeita e fraternal compreensão entre empregadores e empregados*”.⁷⁹ Retomando a temática do “*espírito de solidariedade humana do industrial*”, o deputado Armando Monteiro Filho discursou em nome dos usineiros: “*em nossos dias, Sr Presidente, de modo geral o industrial pernambucano, além do sentido humano que emprega a sua tarefa, levando a felicidade e o conforto a todos que dela participam, encara o problema da redistribuição de renda como um dos fatores mais afirmativos da prosperidade econômica.*”⁸⁰

Sete palmos de chão e um caixão⁸¹

Os trabalhadores rurais entrevistados, no entanto, mencionam raramente os serviços do hospital. “*Antigamente era distante. Era muito difícil, era difícil ir pro hospital, só no Recife.*” José Honorato dos Santos continua: “*Quando era um acidente grande, de quebrar um braço, uma perna, o chefe mandava pro Recife.*” O traslado não era de obtenção fácil junto “*aquele povo zangado*” da usina, nem sua efetivação a garantia de tratamento adequado. “*A minha mãe morreu, a minha mãe morreu. Quebrou um braço, porque quando ela foi do lugar que morava pra o hospital, trouxeram num carro-de-boi. Quando ela chega na casa de saúde, o braço tava quebrado, que foi caso que não tiveram condição de acertar e ficou pior e ela se acabou.*” João Oliveira da Silva.

A experiência concreta dos trabalhadores rurais a respeito das instalações mais modernas em termos de assistência médica no setor canavieiro não correspondia, portanto, à lenda dourada dos caridosos senhores-de-engenho, tampouco aos relatos extasiados da imprensa deslumbrada com o sentido “*social*” do empresariado moderno. A função ideológica de um mito tão cuidadosamente mantido e enriquecido por inúmeras anedotas emocionantes veiculadas pela “*memória coletiva*” assim criada, talvez tenha contribuído para

que o patronato se auto-eximisse de assumir qualquer responsabilidade na feitura de tão dramática situação social.

Geralmente, os doentes e acidentados viviam o que o Pe Paulo Crespo, chocado, descreveu como sendo a situação dos pacientes que as famílias lhe pediam atender do ponto de vista espiritual: “*Geralmente estavam deitados no chão, uns trapos, semi-nus, maltrapilhos, a família em uma miséria absoluta, na cozinha as panelas às vezes com o fogo apagado.*”⁸²

Inspirando-se em Marcel Mauss, Scheper-Hughes observa que a doença é também uma linguagem usada no mundo dos canaviais.⁸³ Vários autores trataram da temática dos enterros, como sendo uma reivindicação importante no sentido da dignidade, de ter um caixão pessoal a levar para o cemitério, em vez da rede ou do caixão emprestado pela prefeitura.

Poucos entrevistados mencionam o assunto. Apenas um considera injusta a perda dos sítios cuja produção financiava precisamente um caixão. Josué de Castro já falara da “*A reivindicação dos mortos*”: a falta de um caixão para enterro digno em terra consagrada constituía “*A humilhação suprema para essa pobre gente, cuja vida não passa de um rosário de humilhações.*”⁸⁴ Segundo o próprio Francisco Julião, a idéia que as Ligas Camponesas – em Galiléia – começaram “*pela criação de um fundo de reserva destinado à compra de pequenos caixões para enterrar as crianças*”,⁸⁵ foi uma lenda, embora lhe reconheça a função de “*pretexto*” para a organização dos foreiros em luta pela redução do foro e finalmente pela terra. É, entretanto, significativo que esta lenda tenha prosperado, apontando a morte – inclusive das vítimas dos canaviais “*avançados*” do século XXI – como pendente social da produção canavieira.

Indicações bibliográficas

ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. 1993. Dissertação de mestrado (mimeo). Mestrado em enfermagem em Saúde Pública - UFPB, João Pessoa.

ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco - Brasil*. Genève: IUED (mimeo), 1990.

AZEVEDO, Carlos Alberto, CALDAS, Rachel e CHACON, Vamireh. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.

BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Recife: Massangana, 1984.

BOHAN, Merwin L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. March-May 1963. (Relatório maio 65. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: [1948] Brasiliense, 1963.

CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. *Géopolitique de la faim*. Paris: Ed. Ouvrières, 1973.

CHAVES, Nelson. Alimentação na zona da mata. In: *Antropologia do Açúcar*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1972.

CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982.

DABAT, Christine Rufino. Os primórdios da cooperativa de Tiriri. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Série História do Nordeste, N° 16, 1996, p. 41-63.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2003. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pernambuco, Recife.

COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

GONÇALVES, Fernando Antônio. Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco. In: *Boletim do IJNPS* Recife: IJNPS, 1966.

GUIMARÃES, Leonardo. Zona da Mata: soluções adiadas. In: SICSÚ, Abraham B. et al. *O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994.

JULIÃO, Francisco. “Cambão”(Le joug) *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968.

LIGA, A. Rio de Janeiro, N° 2 , 16.10.1962.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*. [1972] Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil. 1961-89*. Cambridge Mass.: Harvard University, (PhD Thesis), mimeo, 1991.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkley: Univ. of California Press, 1992.

TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1945.

TURNBULL, Collin. *The Mountain People*. London: Picador, 1973.

ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu. Uma geração ameaçada*. Recife: Oedip, 1987.

Notas

¹ Provérbio camponês. *A LIGA*. Rio de Janeiro, N° 2, 16.10.1962. Arquivo Público Estadual. Fundo DOPS. SSP 31.519.

² Texto apresentado como comunicação na Mesa redonda **Memórias da Medicina: cotidiano, exclusão social e resistência**, Simpósio Poder Político e Movimentos Sociais, promovido pelo Arquivo Público Estadual e pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 07 de dezembro 2005.

⁴ Trecho do famoso poema, citado para ilustrar, no *Diário de Pernambuco*, “A saga dos Severinos de João Cabral”, reportagem de Aquiles Lopes em homenagem aos 50 anos de *Morte e Vida Severina* 25.11.2005, p. C 4.

⁵ “Canavieiros protestam em São Paulo”. *Jornal do Commercio*, 25.11.2005, p. 9.

⁶ *Ibidem*.

- ⁷ CARVALHO, Ciara. “Morte e vida de um sonho severino”. *Jornal do Commercio*, 28.05.2006 (Caderno especial).
- ⁸ Título do livro famoso de Luiz Felipe de Alencastro: *O Trato dos Videntes*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ⁹ Ver a série de artigos de Ciara Carvalho, ganhadora do prêmio Vladimir Herzog de reportagem para 2006.
- ¹⁰ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkley: Univ. of California Press, 1992.
- ¹¹ *Diario de Pernambuco* 07.11.1963.
- ¹² CASTRO, Josué de, *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*, São Paulo, Brasiliense, [1964] 2ª ed. 1967, p. 51.
- ¹³ COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1945, p. 78-79.
- ¹⁴ BOHAN, Merwin L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. March-May 1963. (Relatório maio 65. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965, p. 35.
- ¹⁵ *Idem*, p. 48.
- ¹⁶ Pereira é um dos raros autores que coloca esta idéia em questão, mostrando que a cultura de feijão, algodão e fumo conhecem taxas de produtividade mais elevadas nesta região do que em outras áreas de Pernambuco. PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil. 1961-89*. Cambridge Mass.: Harvard University, (PhD Thesis), mimeo, 1991, p. 71.
- ¹⁷ Celso Furtado, economista e autor de muitas obras, foi o primeiro Superintendente da SUDENE.
- ¹⁸ GUIMARÃES, Leonardo. “Zona da Mata: soluções adiadas”. In: SICSÚ, Abraham B. et al. *O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional* Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994. p. 103.
- ¹⁹ Declaração de Celso Furtado publicada no *Diario de Pernambuco* em 01.11.1961.
- ²⁰ *Diario de Pernambuco*, 04 de agosto 1954, p. 9.
- ²¹ Certamente muito abaixo da média nordestina. Segundo o IBGE, para toda a população nordestina a esperança de vida média era, ao nascer, de 40 anos; de 50 anos para 1 ano de idade (o que em si já é eloqüente); e subia para 55 anos na faixa de 5 a 10 anos. *Diario de Pernambuco*, 15.01.1961.
- ²² Mesmo em época mais recente, a discrepância continua: “A Zona da Mata hoje está com uma mortalidade de 140 por mil enquanto que o Estado de Pernambuco como um todo não chega a 70 por mil, no primeiro ano de vida. É uma mortalidade duas

vezes maior. A criança que nasce com baixo peso porque a mãe é desnutrida, tem uma probabilidade de morrer cinco vezes maior do que a criança que nasce com o peso normal.” Entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho.

- ²³ A síndrome de Biafra foi reconhecida na região.
- ²⁴ Discurso do Gal. Edgard Buxbaum, em nome da Liga de Emancipação Nacional. *Folha do Povo*. 24.08.1955.
- ²⁵ PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*. [1972] Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 40.
- ²⁶ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 56.
- ²⁷ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: [1948] Brasiliense, 1961, p. 169-170.
- ²⁸ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1945, p. 210, 220 e 223.
- ²⁹ GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”, in *Boletim do IJNPS* Recife: IJNPS, 1966, p. 137 e 142.
- ³⁰ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit.
- ³¹ TURNBULL, Collin. *The Mountain People*. London: Picador, 1973.
- ³² SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 137.
- ³³ Idem, p. 157.
- ³⁴ ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu. Uma geração ameaçada*. Recife: Oedip, 1987.
- ³⁵ Entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho (UFPE).
- ³⁶ CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982, p. 73.
- ³⁷ *Diário de Pernambuco*, 22.02.1948, p. 5.
- ³⁸ AZEVEDO, Carlos Alberto, CALDAS, Rachel e CHACON, Vamireh. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canaveira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972, p. 97.
- ³⁹ Dr Durval, *Diário de Pernambuco*, 19.05.1946
- ⁴⁰ “Milhares de Trabalhadores Rurais afetados pela esquistosomose”. *Diário de Pernambuco*, 11.01.1945.
- ⁴¹ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 54.
- ⁴² Entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho.
- ⁴³ Entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho.

- ⁴⁴ Edgar Alves Gutierrez do Instituto Nacional de Nutrição. *Jornal do Commercio*, 05.10.1988.
- ⁴⁵ ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa, UFPB, Mestrado em enfermagem em Saúde Pública (Diss. de Mestrado - mimeo), 1993, p. 135.
- ⁴⁶ CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 68.
- ⁴⁷ Entrevistas realizadas durante a pesquisa realizada para a tese de doutorado. DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de doutorado, Dpto de História, Universidade Federal do Pernambuco, 2003.
- ⁴⁸ BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Recife: Massangana, 1984, p. 149.
- ⁴⁹ GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 150-151 e p. 152.
- ⁵⁰ CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995, p. 347.
- ⁵¹ Entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho.
- ⁵² JULIÃO, Francisco. “Cambão” (*Le joug*) *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968.
- ⁵³ Trabalhadora rural.
- ⁵⁴ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Op. cit., p. 163-4.
- ⁵⁵ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 50.
- ⁵⁶ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 204.
- ⁵⁷ *Diário de Pernambuco*. 25.08.1949.
- ⁵⁸ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 206.
- ⁵⁹ Entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho.
- ⁶⁰ Art. 58 do Estatuto da Lavoura Canavieira, inicialmente.
- ⁶¹ “O eixo São Paulo-Minas ronda o Instituto do Açúcar. Poucas vendas para o Norte e Nordeste”. *Diário da Noite* 16.01.1956. SSP 29586.
- ⁶² A primeira tentativa das autoridades estaduais – a *Fundação Serviço Especial de Saúde* – para oferecer às populações uma assistência médica limitava-se à área urbana.

- ⁶³ Nelson Chaves cita, por exemplo, a diarreia infecciosa e parasitária, as infecções do aparelho respiratório CHAVES, Nelson. “Alimentação na zona da mata”. in *Antropologia do Açúcar*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1972, p. 107.
- ⁶⁴ ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. *Conseqüências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Genève: IUED (mimeo), 1990, p. 248.
- ⁶⁵ O que acontece, às vezes, com os trabalhadores da indústria do açúcar.
- ⁶⁶ “Assistência aos trabalhadores ligados à indústria do Açúcar. Impossível sua aplicação nos moldes previstos.” *Diario de Pernambuco* 24.05.1951. “Inaugurados dois ambulatórios de assistência ao trabalhador do Açúcar” *Folha da Manhã* 30.01.1957. SSP 29586. Discurso do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana Fausto Pontual. *Jornal do Commercio*, 28.10.1962.
- ⁶⁷ Ibidem.
- ⁶⁸ “Impressionante discurso de uma camponesa em Escada”. *Folha do Povo*, 21.09.1954.
- ⁶⁹ Interrogatório do indiciado S. J. S., 01.01.1960. SSP 19.177, Doc. 22.
- ⁷⁰ Entrevistas com a Profa Socorro Ferraz e o Dr Fernando Barbosa, membros da equipe da Sudene que organizou a cooperativa. In: DABAT, Christine Rufino. “Os primórdios da cooperativa de Tiriri”. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Série História do Nordeste, N° 16, 1996, p. 41-63.
- ⁷¹ Joaquim Pedro da Silva.
- ⁷² José Inácio da Silva.
- ⁷³ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit. p. 263.
- ⁷⁴ *Diario de Pernambuco* 04.08.1942 inauguração Hospital Regional de Palmares. O Hospital dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, fundado em 1946, era mantido com o dinheiro dos trabalhadores com desconto semanal individual de 10 cruzeiros, em 1957-58. A cooperativa dos usineiros contribuía, na mesma época, 100 mil cruzeiros mensais. *Diario de Pernambuco* 26.01.1958.
- ⁷⁵ Notícias na imprensa detalhavam projetos e intenções, raramente realizações, muito mais raras aquelas destinadas aos trabalhadores rurais. “Ontem em Aliança, lançada a pedra fundamental de um ambulatório para fornecedores de cana e trabalhadores canavieiros.” *Diario de Pernambuco*. 01.08.1954. O projeto tinha o apoio do IAA que acabara de aprovar um aumento de preço para cana e açúcar. A cada nova legislação de apoio, modernização, incentivo etc... à atividade canavieira insere-se um item “social”.
- ⁷⁶ “Dois hospitais rurais vão ser instalados na zona canavieira” *Diario de Pernambuco* 26.01.1958. O artigo menciona também a “contribuição de 100.000 cruzeiros mensais

da cooperativa dos usineiros”, que era realmente uma obrigação legal, apenas parcialmente respeitada e sem nenhum controle dos trabalhadores nem do Estado.

⁷⁷ O hospital destinado aos trabalhadores da indústria do açúcar existia desde 1946. Sua localização no Recife (em Casa Forte) fora criticada em artigo de Pedro Afonso de Palmares: “*onde não há, na realidade, trabalhadores em tal indústria (...) é no campo que se fabrica a matéria prima.*” *Diario de Pernambuco* 09.06.1953.

⁷⁸ *Diario de Pernambuco* 19.01.1958. O próprio nome do “*nosocômio*” – Barão de Lucena – era uma homenagem “*ao governador de Pernambuco que instalou as primeiras usinas em 1890.*”

⁷⁹ “Inaugurado solenemente o hospital que os usineiros de Pernambuco construíram”. *Diario de Pernambuco* 21.01.1958, p. 12.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 21

⁸² Depoimento oral fornecido em 10.07.1985 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

⁸³ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 185-186.

⁸⁴ *Idem*, p.28.

⁸⁵ JULIÃO, Francisco, “*Cambão*”. Op. cit., p. 94.